

Claudio Katz e Nelson Santos: Um ensaio sobre Pensamento Econômico em Saúde

Claudio Katz and Nelson Santos: an essay about Economic Thinking in Health

Claudio Katz y Nelson Santos: un ensayo sobre el Pensamiento Económico en Salud

Resumo

Este ensaio crítico busca realizar a articulação do pensamento econômico de Nelson Rodrigues dos Santos com o de Claudio Katz. Para tal, realizou-se uma análise do texto “O Dilema Estatista II: de como é forjado o espaço das políticas públicas com exemplos da área da saúde”, de Santos, publicado na revista ‘Saúde em Debate’ em 1990; no qual o autor desenvolve um debate sobre as privatizações e desestatizações que vinham acontecendo no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Analisou-se ainda o texto “Marx e a periferia”, de Katz, publicado em 2020 como parte do livro intitulado “A Teoria da Dependência 50 anos depois”, no qual foram revisitadas as ideias de Karl Marx sobre o tema da dependência e sua relação com o desenvolvimento econômico no centro do capitalismo.

Palavras-chave: Saúde Pública, Privatização, Capitalismo, Países em Desenvolvimento, América Latina.

Abstract

This critical essay seeks to articulate the economic thought of Nelson Rodrigues dos Santos with that of Claudio Katz. To this end, an analysis was carried out of the text “The Statist Dilemma II: how the space of public policies is forged with examples from the health area”, by Santos, published in the ‘Saúde em Debate’ journal in 1990; in which the author develops a debate about the privatizations and privatizations that were taking place in Brazil in the 1980s and 1990s. The text “Marx and the periphery”, by Katz, published in 2020 as part of the book entitled “The Theory of Dependency 50 years later”, was also analyzed, in which Karl Marx’s ideas on the subject of dependency and its relation to economic development at the center of capitalism were revisited.

Keywords: Public health, Privatization, Capitalism, Developing Countries, Latin America.

Resumen

Este ensayo crítico busca articular el pensamiento económico de Nelson Rodrigues Santos con el de Claudio Katz. Para ello, se realizó un análisis del texto “El Dilema Estadista II: cómo se forja el espacio de las políticas públicas con ejemplos del área de la salud”, de Santos, publicado en la revista ‘Saúde em Debate’ en 1990; en el que el autor desarrolla un debate sobre las privatizaciones y privatizaciones que estaban ocurriendo en Brasil en las décadas de 1980 y 1990. También se analizó el texto “Marx y la periferia”, de Katz, publicado en 2020 como parte del libro titulado “La teoría de la dependencia 50 años después”, en el que se revisitaron las ideas de Karl Marx sobre el tema de la dependencia y su relación con el desarrollo económico en el centro del capitalismo.

Palabras clave: Salud Pública, Privatización, Capitalismo, Países en Desarrollo, América Latina.

Códigos JEL: B20; I15; N16.

Introdução

No Brasil e nos demais países da América Latina, o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista se deu em resposta às suas especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas, assim como à sua forma peculiar de inserção no capitalismo internacional¹.

Sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência (TMD), o subdesenvolvimento e o desenvolvimento podem ser vistos como fenômenos dialeticamente dispostos enquanto antagônicos e ao mesmo tempo complementares, sendo o caráter antagônico ao subdesenvolvimento o fato do desenvolvimento econômico de alguns países resultar precisamente do que determina o desenvolvimento econômico de outros; enquanto que a ideia de complementaridade está associada ao fato dos dois fenômenos (subdesenvolvimento e desenvolvimento) pertencerem à mesma dinâmica da acumulação de capital em escala mundial¹.

O Marxismo em ciência produz conhecimento sobre a realidade para transformá-la. Dessa forma, conhecer a realidade torna-se um meio para conduzir o processo histórico, o que coloca a fonte do Marxismo no mundo concreto, histórico, em constante reformulação¹.

A TMD é uma formulação teórica que busca compreender, sob uma ótica marxista, as relações entre os países centrais e periféricos do sistema capitalista global. À primeira vista, ela não se encaixa no agrupamento das teorias das relações internacionais da mesma maneira que o realismo, o idealismo ou a interdependência². Quando os estudiosos da dependência começaram a analisar o fenômeno em si, foi por causa de questões domésticas, das estruturas de classe, dos conflitos sociais e da industrialização que apresentaram, em princípio, implicações internacionais².

Ao se pensar na teoria da dependência leva-se em conta sua versão contemporânea, aquela produzida nas universidades de boa parte do mundo em desenvolvimento, como a América Latina a partir dos anos 1960. Esse desdobramento da dependência dialoga com o marxismo naquilo que ele tem de “feições internacionais” e na sensibilidade que seus estudiosos têm para compreender fenômenos que levam ao conflito².

As discussões da TMD visam analisar as dinâmicas de avanço do capitalismo. Tentou-se iluminar a continuidade das relações centro–periferia que estariam se estruturando por meio dos frequentes deslocamentos de capital e do avanço das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que impõem novas formas organizativas de exploração do trabalho e dos recursos naturais territorializados. Esta teoria, formulada nas décadas de 1960 e 1970, enfatizava o papel dos Estados-nacionais no exercício, tanto da função cêntrica como periférica. No atual momento histórico, seria mais prudente afirmar a existência de formas de dependência levadas a cabo pelo modo operativo das grandes corporações empresariais e conglomerados financeiros. O Estado e o mercado representariam, nesse esquema, dimensões complementares de um processo unitário que impulsiona a expansão do capitalismo por meio da perpetuação das relações centro-periferia³.

Assim sendo, não é exaustiva a busca pela compreensão da extensão da dependência dos países considerados periféricos, especialmente o Brasil, e os impactos da conformação econômica global na organização de políticas públicas de saúde nacionais.

O presente trabalho busca, por meio da análise crítica de **Marx e a periferia**, que compõe o livro intitulado “**A Teoria da Dependência 50 anos depois**” de Claudio

Katz e de **O Dilema Estatista** (parte I e II) de Nelson Rodrigues dos Santos, articular o pensamento econômico dos autores entre as obras supracitadas.

O ensaio estrutura-se em quatro partes: (a) uma breve biografia intelectual e político-institucional dos autores; (b) as exposições de Claudio Katz sobre Karl Marx e o tema da dependência; (c) o Dilema Estatista (parte I e II), de Nelson Rodrigues dos Santos; e a (d) articulação do pensamento econômico de Santos com a TMD trabalhada por Katz. Primeiramente, buscou-se descrever o contexto histórico em que os autores estão inseridos para situar suas obras histórica e politicamente. A seguir, são analisadas individualmente as duas obras mencionadas. Por fim, buscamos articular os pensamentos dos autores tendo como fio condutor a teoria da dependência.

Katz e Santos: Pensamento Econômico em Saúde a partir da Teoria da Dependência

Uma breve biografia intelectual e político-institucional dos autores

Claudio Katz nasceu na Argentina em 1954. Formou-se em economia (1987) e realizou doutorado em Geografia (1997). Ele é professor da Universidade de Buenos Aires (UBA), além de dirigir inúmeros projetos de pesquisa. Coordenou o grupo de pesquisa pelo CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) e é membro do *Instituto de Investigaciones Económicas de Argentina*^{4,5}.

Ele participa ativamente de fóruns sociais internacionais para contestar o neoliberalismo, o livre comércio, a dívida externa e a militarização. Katz trabalha em conjunto com várias organizações de esquerda na América Latina, dentre as quais os “Economistas de Izquierda” (EDI), tendo publicado vários estudos sobre a situação política e social na Argentina e na América Latina^{4,5}.

Nos anos 1960 surgiu na América Latina uma teoria que buscou explicar as características correntes do desenvolvimento socioeconômico da região. Essa teoria ficou conhecida como Teoria da Dependência. Na década de 30 do século passado, as economias latino-americanas direcionaram esforços ao processo de industrialização, movimento este que aconteceu sob o impacto de crises econômicas

e guerras mundiais de 1914 a 1945, e se caracterizou pela substituição de produtos industriais importados dos países do centro do capitalismo por uma produção nacional⁷.

A integração da economia mundial, após o longo ciclo depressivo, restabeleceu-se depois da Segunda Guerra Mundial, sob o baluarte dos Estados Unidos da América (EUA), a partir do que capitais concentrados e centralizados como nunca expandiram-se para o restante do mundo, na procura por oportunidades de valorização orientadas para o setor industrial, dentro da estratégia imperialista de concessão de algum espaço para se contrapor ao avanço socialista. Este período ficou marcado pela incorporação do fordismo como regime de produção e circulação na economia norte-americana, ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava na década de 1940⁶.

Forjava-se, nesse momento, um novo ciclo expansivo da economia mundial que exigia a extensão dos atuais regimes de produção e circulação (bem como das mudanças originadas pela revolução científico-tecnológica) para os demais países do globo. Nesta tarefa de expansão do capital internacional, a base de operação ficou a cargo da economia norte-americana e do seu poderoso Estado Nacional, além de um sistema de instituições internacionais e multinacionais estabelecido em Bretton Woods⁶.

Neste contexto, a América Latina articulou-se com o mercado mundial mantendo um importante papel na formação e movimento deste. Entre os anos 1930 e 1940 a indústria é objeto de salto qualitativo nos países dependentes e coloniais, servindo de base para o novo desenvolvimento industrial e restabelecendo a divisão internacional do trabalho^{6,7}. Esta divisão determinará o sentido do desenvolvimento que se dará nos países latino-americanos, sendo esse ponto a partir do qual se configura a 'dependência', entendida como relação de subordinação entre nações independentes, em cujo marco as relações de produção dos países subordinados são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência⁷.

Em **Marx e a periferia**, Claudio Katz. Neste livro, o autor em questão se propõe a elaborar uma reconsideração da teoria da dependência que, segundo ele, ganhou

notoriedade nos anos 1970, tendo enfrentado um declínio posteriormente, e voltando a ressurgir na atualidade⁸.

O outro autor que trazemos para este ensaio é Nelson Rodrigues dos Santos, conhecido como “Nelsão”, um líder histórico da luta pela Reforma Sanitária brasileira. Graduou-se e doutorou-se em Medicina, e especializou-se em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Com mais de 50 anos de atuação na área da Saúde Pública, foi professor titular de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL), consultor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), professor de medicina preventiva e social da Universidade de Campinas (UNICAMP), assumiu funções de direção do Sistema Público de Saúde nos níveis municipal, estadual e federal e foi presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) entre 1989 e 1990. Atualmente é professor colaborador da Unicamp e presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado – Idisa⁹.

Um dos sanitaristas mais importante no Brasil, Santos iniciou sua carreira na década de 60, quando como professor assistente do professor Samuel Barnsley Pessoa na Universidade de São Paulo (USP) coordenou alunos de medicina em pesquisas em vários estados brasileiros. No ano de 1969 foi ao estado do Paraná para coordenar um trabalho de campo com 50 estudantes, onde recebeu o convite do diretor da UEL para assumir a disciplina de Saúde Comunitária. Em 1971 organizou a primeira instalação das preambulares Unidades Básicas de Saúde, em convênio com a prefeitura de Londrina, em periferias urbanas e vilas rurais⁹.

Sempre atuante na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e detentor de grande conhecimento, Nelson Santos fez várias reflexões e trabalhou para que o SUS, desde sua criação, tivesse continuidade em melhorias sem perder a essência com a qual foi criado, lutando para que políticas nacionais orientadas ao capitalismo não destruam 30 anos de trajetória do sistema de saúde pública modelo para muitos países no mundo⁹.

As exposições de Claudio Katz sobre Karl Marx e o tema da dependência

Segundo Claudio Katz, Marx inicialmente apresentava uma visão sobre os países subdesenvolvidos que com o passar do tempo foi se modificando. Num

primeiro momento, Marx considerava que as nações periféricas vinculavam-se passivamente com a ascensão e o declínio do capitalismo mundial; já num segundo momento, ele destaca as resistências daquelas nações ao colonialismo. Para desenvolver tal raciocínio, Katz subdivide o capítulo em 13 (treze) tópicos: *Socialismo cosmopolita*; *Rebeliões e viradas*; *Escravidos e oprimidos*; *Democracias e comunas*; *Um novo paradigma*; *Convergências e divisões*; *Causas exógenas e endógenas*; *Interpretações liberais*; *Variantes do eurocentrismo*; *Os “povos sem história”*; *Nações e nacionalismo*; *Estado e progresso*; e *Legados*⁸.

Inicialmente, Katz descreve o *Socialismo cosmopolita*, onde apresenta o pensamento de Marx de que os países subdesenvolvidos repetiriam a industrialização do centro, havendo uma expansão vertiginosa do capitalismo com sua consequente derrocada e fácil transição para o socialismo. Diferentemente de seus contemporâneos, Marx analisava com fortes denúncias de destruição de formas econômicas arcaicas e as atrocidades do colonialismo, se contrapondo aos massacres dos invasores sob a alcunha da função modernizadora. As ponderações e críticas eram permeadas pela crença de uma rápida vitória do socialismo, por acreditar que a generalização do sistema capitalista aceleraria a sua queda e eliminação do colonialismo⁸.

Para Katz, a visão de Marx foi modificada pelas rebeliões dos países colonizados, ao perceber que a expansão capitalista desencadeou enorme resistência por parte dos oprimidos, a exemplo da Rebelião chinesa de Taiping (1850 a 1864) e da revolta dos Cipayos da Índia (1857-1858), com massacres ocasionados pelos ingleses. Entretanto, o exemplo do país vizinho, a Irlanda, foi o que levou Marx a abandonar a expectativa anterior na expansão capitalista ao perceber a reprodução da sociedade inglesa, com o bloqueio de indústrias irlandesas pela burguesia inglesa e a limitação da melhoria das condições de trabalho aos assalariados ingleses pelo abastecimento de força de trabalho barata pelo país explorado. A este tópico, o autor dá o nome de *Rebeliões e viradas*, momento em que Marx intensificou o apoio às revoltas dos países colonizados e campanhas de apoio à liberdade irlandesa junto aos trabalhadores ingleses⁸.

Essa nova concepção de Marx sobre a confluência entre os proletários europeus e a população explorada do resto do mundo, é descrita por Katz no tópico

Escravidados e oprimidos. Para ele, essa visão motivou o apoio de Marx contra a parceria de agricultores escravagistas estadunidenses e exploradores britânicos na coleta de algodão por escravizados no sul dos Estados Unidos para a indústria têxtil inglesa. Segundo Katz, o pensador também teve como motivação reduzir a divisão racista na classe operária estadunidense, pois os imigrantes assalariados viam as pessoas escravizadas como responsáveis pela diminuição de seus salários, e incentivou o vínculo entre esses trabalhadores. Nessa nova fase, o autor descreve que Marx comemorou os processos de insurreição pelo mundo, enfatizando o protagonismo dos sujeitos e abandonando a teoria anterior de emancipação externa das periferias⁸.

Deste ponto em diante, Katz apresenta a mudança de perspectiva de Marx em aspectos revolucionários, nomeando essa etapa de *Democracias e comunas*. O pensador alemão é descrito como ativo participante de movimentos anti-monarquistas e de unificações socialistas, focando nos resistentes e no perfil de cada disputa, fosse resistência à ocupação ou disputa bélica contra opressores, a exemplos da ocupação austríaca na Hungria e da opressão russa na Polônia, respectivamente. Por não ser neutro, Marx elencava o inimigo principal, como na posição contra o czarismo, mas incorporava seu aprendizado de disputas anteriores. Assim, acreditou que as velhas forças comunais da agricultura russa, antes consideradas como entraves, poderiam desempenhar um papel progressista na transição para o socialismo. Essa mudança de paradigma influenciou Marx a estudar comunas em outros países da periferia capitalista, como Índia, Indonésia e Argélia⁸.

A etapa seguinte das ações e pensamentos de Marx foi nomeada por Katz como *Um novo paradigma*, pois a ideia inicial de uma adoção passiva do capitalismo como forma de desenvolvimento objetivo dos países colonizados foi transposta para a perspectiva da potência de um socialismo a partir das forças ativas das colônias. O autor então descreve a prévia interpretação de Néstor Kohan, de uma mudança de paradigma de uma filosofia unilinear baseada em forças produtivas para uma multilinear destacando transformação a partir dos sujeitos. Entretanto, para Katz a caracterização de Kohan contrasta com a dicotomia de dois Marx, introduzida por Althusser do jovem “humanista” *versus* o velho “científico”, mas aponta que Kevin Anderson analisa essa mudança de visão também a partir de trajetórias variadas e

abertas do desenvolvimento histórico. Para Katz, por mais que alguns outros autores defendam que essa mudança não tenha alterado o modelo inicial de Marx, as mudanças de teor foram substanciais⁸.

Na etapa seguinte descrita por Katz, *Convergências e divisões*, ele aponta a imaturidade do pensamento econômico quando exposta sua visão inicial sobre a periferia, pois entende que Marx não havia superado Ricardo, como também não havia elaborado o conceito de mais-valia. Desta forma, o autor aponta que no livro o *Manifesto Comunista*, o teórico alemão ainda não caracterizava o valor da força de trabalho com parâmetro histórico-social e associava as crises ao subconsumo, sem integrar a diminuição do poder aquisitivo com a tendência de diminuição da taxa de lucro. Nesta análise, sinaliza que esse pensamento de Marx desencadeou uma caracterização equivocada sobre a Ásia e a América Latina⁸.

Katz, contudo, aponta nessa mesma análise que, posteriormente, o teórico alemão equipara economias centrais com aumento da desigualdade no resto do mundo ao substituir suas análises genéricas do mercado mundial por análises específicas sobre acumulação em nível nacional na relação Inglaterra e Irlanda em *d'O Capital*. Assim, para o autor, na segunda etapa o pensador começou a perceber a diversidade de evolução na periferia a partir das diversidades do centro. Entende que a partir desta análise Marx passou a compreender a caracterização por pares de países, o bloco de países centrais de industrialização clássica que seguiam um padrão de crescimento espelhado (Inglaterra, Alemanha) e o bloco de países subordinados ao imperialismo capitalista (China). Para Katz, essa caracterização antecipava a divisão futura de semiperiferias ascendentes e periferias atrasadas⁸.

Na categoria seguinte, *Causas exógenas e endógenas*, o autor defende que Marx definiu essa segmentação entre centro e periferia a partir de determinantes exógenas, com críticas ao colonialismo, e endógena, com análises das estruturas pré-capitalistas. Sobre a primeira, o autor comenta sobre a análise de Marx da acumulação primitiva para alicerçar o capital europeu com dinheiro da apropriação de recursos das colônias (metais, confiscos, desindustrialização). Ainda sobre o colonialismo, Katz menciona que o teórico apontou a troca desigual de remuneração pela força de trabalho igual complexidade entre países de centro e periferia, com o

pagamento maior no centro, como reforço à supremacia das economias mais industrializadas⁸.

Para causas endógenas, a análise é de que Marx comentou com igual intensidade sobre os obstáculos pré-capitalistas como a renovação da servidão e expansão da escravidão para exportação de matéria-prima, com aumento da renda monopolizada por latifundiários na Ásia, África e América Latina. Entretanto, ele afirma que Marx não definiu a origem colonial-endógena ou rentista-endógena presentes no subdesenvolvimento. Katz defende também que o pensador não apontou as causas da segmentação centro-periferia e não explicou qual dos determinantes, exógenos ou endógenos, mais impactaram a desigualdade global⁸.

Nesta alegação, Katz defende que historiadores marxistas ou sistêmicos seguem três correntes: *exogenistas*, *endogenistas* e *posições intermediárias*. Define *exogenistas* aqueles que enfatizam que a Europa foi nutrida pela subtração na América e o holocausto escravista na África, e que a Inglaterra por seu domínio ultramar teria assumido a primazia sobre os concorrentes com o mesmo padrão de desenvolvimento original, cita Oriente Médio, Norte da África e Mesoamérica. Os teóricos *endogenistas* são reconhecidos por ele como os que defendem que o subdesenvolvimento da periferia se dá pela ausência de transformações agrárias, e que a pilhagem colonialista e domínio ultramar da Inglaterra não foram relevantes para sua primazia, por começar tarde na corrida marítima, pelas potências marítimas (Portugal, Espanha, França e Holanda) perderam peso na arrancada ao capitalismo e por concorrentes bem-sucedidos evitarem conflitos externos (Bélgica, Escandinávia, Suíça, Alemanha, Áustria e Itália). Por fim, o autor define *posições intermediárias* daqueles que apontam a importância dos recursos do colonialismo para o início do capitalismo, tendo sido posteriormente estes recursos substituídos pelo predomínio dos superlucros⁸.

O autor aponta que as duas visões de Marx sobre o problema nacional-colonial são ignoradas pelos liberais, descrevendo essa análise em *Interpretações liberais*. Para ele, valendo-se apenas da visão inicial do teórico alemão, os autores liberais atribuem ao pensador alemão a lógica "difusionista" que enaltece o progresso e a expansão capitalista. Destaca Warren que, na análise de Katz, atribui o *status* de teoria do desenvolvimento à abordagem inicial do *Manifesto*, visão descrita por Katz

na primeira categoria *Socialismo cosmopolita*, mas defende que Marx nunca fez exaltação ao imperialismo ou analisou linearmente esses momentos da história, deixando muito claras suas críticas ao descrever a acumulação primitiva, exploração infantil. Assim, Katz analisa como absurda a tentativa de apontar o maior teórico comunista como alguém que endossou as atrocidades cometidas pela Inglaterra na implantação capitalista pelo mundo⁸.

No tópico *Variantes do eurocentrismo*, aponta que autores nacionalistas também descrevem que Marx defendeu o capitalismo ocidental ao dizerem que o pensador desprezava os povos não ocidentais e a justificava o uso da violência para submissão destes povos ao novo sistema. Katz considera isto como uma inversão da realidade por serem usados escritos anteriores à mudança de visão do teórico alemão, descrita pelo autor em *Rebeliões e viradas*, quando Marx participa dos movimentos em defesa da Irlanda e da classe trabalhadora inglesa. Assim, Katz defende que a esperança humanista juvenil de Marx não pode ser usada para defini-lo como eurocentrista imperialista. Tampouco considera pertinente a acusação ao teórico comunista de ignorar a opressão da periferia por "reducionismo de classe", pois com mais amadurecimento, Marx hierarquizou as relações de classe por raça, nacionalidade e etnia, questionando exploração e submissão. Quanto ao eurocentrismo, analisa que o alemão sempre foi o principal crítico ao sistema idolatrado pelos europeístas, e que essas alegações nacionalistas são inadmissíveis⁸.

Em seguida, o autor descreve em *os "povos sem história"* que esta expressão usada por Engels para se referir "a conglomerados incapazes de enfrentar auto emancipação"³⁽³⁷⁾ soa aos nacionalistas como afirmação do desprezo marxista à periferia. Katz defende, entretanto, que Marx em si não utilizou esse conceito e que, apesar de em sua primeira etapa o pensador alemão não reconhecer forças históricas significativas para construir Estados diferenciados na periferia do capitalismo, na sua segunda etapa ele se afastou de qualquer menção no sentido de "povo sem história"⁸.

Em *Nações e nacionalismo*, Katz defende que, ao contrário de alegações dos autores nacionalistas, o pensador alemão não desvalorizou o nacionalismo pois teria atuado em um período anterior a essa doutrina. Aponta ainda que Marx rejeitava a soberania de uma nação sobre outra e valorizava as revoltas nacionais contra a opressão de nações imperialistas. Para ele, os critérios atribuídos a Marx são de

sucessores objetivistas que teriam retirado a centralidade do sujeito, limitando a compreensão de variedades das configurações nacionais. Comenta que, de encontro a isto, a corrente subjetiva denominada austromarxista teria definido nação como "comunidade de caráter". Neste sentido, afirma que as escritas do pensador comunista contribuíram para desmistificar a superioridade de algumas nações sobre as outras e fortalecer lutas nacionais contra o colonialismo⁸.

A defesa do teórico comunista contra críticos nacionalistas continua em *Estado e progresso*. Em relação à crítica de que Marx teria exaltado formas burguesas e desvalorizado outras modalidades étnico-culturais, Katz argumenta que o pensador defendia a dissolução dos Estados e se opunha à divisão por classes, apontando que essa perspectiva de Estado como provedor de bem-estar para sociedade em classes pertence aos nacionalistas. A imagem de Marx estatista para Katz é desconectada de seus manuscritos e ações⁸.

Por fim, em *Legados*, o autor elenca o que acredita que Marx tenha contribuído com seus posicionamentos. Considera que o pensador deixou as bases para explicar como o capitalismo gera subdesenvolvimento, sugerindo essa como a principal contribuição dos textos sobre a periferia e que deu caminhos para discussão sobre polarização global e recriação do atraso. Katz aponta ainda que o teórico comunista fundou as bases da luta anti-imperialista pela consciência de classe dos operários do centro capitalista⁸.

O Dilema Estatista (parte I e II) - Nelson Rodrigues dos Santos

Em dezembro de 1989, "Nelsão" escreve um artigo para a revista Saúde em Debate n.27 com o tema "O Dilema Estatista", onde descreve seu ponto de vista sobre as privatizações e o programa de desestatização que aconteciam naquela época. Critica principalmente o gerenciamento e a condução do âmbito federal, que transferia ao setor privado seus meios e fins, e ressalta a negociação de investimento pelo Tesouro Nacional nos programas sociais, como a Previdência, Saúde, Assistência, Transporte Coletivo, Habitação, Educação, etc¹⁰.

Nelson traz exemplos de serviços de saúde que sofreram alguma alteração com a privatização e que continuaram prestando péssimos serviços à população, onde o burocratismo utilizado dentro desses serviços por funcionários e chefias só fez dificultar ainda mais a demanda e o serviço ao usuário. Para o autor, isso favoreceu grandes prestadores de serviço e fornecedores privados que se aproveitavam da rica Caixa Previdenciária. Argumenta ainda que isso gerou inúmeras dúvidas sobre qual o melhor modelo de gestão, se unicamente público, se público/privado ou privado/público, uma vez que essa leitura já não era possível ser feita ao entrar numa unidade de saúde considerada pública (SUS)¹⁰.

A exemplo da problemática do cenário, Nelson comenta que dirigentes e técnicos públicos aceitavam compras de equipamentos e materiais médicos, hospitalares e outros com preços acima do mercado e com a manipulação ou até mesmo a dispensa de licitações, burlando as leis de compras do país, levando em consideração apenas os interesses dos fornecedores e afins, e não o interesse da população usuária do sistema. Não somente, aponta também o descumprimento da jornada de trabalho dos profissionais, realizada sem o devido compromisso ou sem a real necessidade daquele serviço, mas sim por pedidos partidários¹⁰.

O autor traz questionamentos para sustentar seus posicionamentos: como pensar ou iniciar uma mudança para resgatar e assumir o controle dos serviços públicos; como seria possível a desprivatização depois de tantas lutas e conquistas constitucionais; qual a melhor forma de gerenciar o SUS, atolado de compras de serviços privados complementares e em um cenário econômico complexo com a moeda desvalorizada¹⁰.

Assim, compara o valor de venda de algumas estatais com os próprios estoques das empresas vendidas, o que afirma ser uma “privatização-doação”. Ainda, o autor julga as grandes aposentadorias para parlamentares, juízes, desembargadores, ministros, parentes de militares, entre outros, que levam parte do Tesouro Nacional para “o falso capitalismo e pela falsa livre-iniciativa”. Concluindo que não faltavam recursos para programas sociais, mas sim analisar de maneira mais clara e honesta as relações Estado/Sociedade, o autor sugere treze opções que poderiam moralizar, organizar e intensificar a eficiência de todo setor público da saúde

O Dilema Estatista continua na sua parte II na edição n.28 da mesma revista Saúde em Debate, trazendo “Como é forjado o espaço das políticas públicas com exemplos da área da saúde”, obra na qual o autor propõe contribuir ao melhor entendimento da ideia sociedade-estado, relação que acreditava estar sendo deteriorada. Para isso, descreve a situação econômica da época, com as exportações, importações, subfaturamentos, e principalmente o montante da dívida externa ligados a uma alta inflação, com juros significativos promovidos pelo Banco Central elevando a dívida pública interna a níveis comprometedores e ameaçando todo um abastecimento interno em 1990¹¹.

Enquanto toda essa crise se mostrava aparente, o setor privado aguardava a oportunidade de investimentos por meio da transferência do capital público ao privado, através da privatização dos procedimentos e decisões das instituições públicas, “desvirtuando o seu caráter público e nacional”¹⁰, citado no primeiro artigo da série.

Com toda inflação instalada naquela época, o Tesouro Nacional sem rentabilidade, comprometimento da reserva para pagar dívidas (externas e internas), altos juros promovidos pelo Banco Central, privatização de empresas estatais que deveriam estar competindo no setor privado, contribuía para a queda vertical na capacidade de investimento do Brasil. Assim, quem mais perdia e sofria eram os assalariados, os pequenos empresários e autônomos, pois “os reajustes salariais não neutralizam a inflação”¹¹, e que mesmo com os ajustes o Brasil ainda tinha um dos menores salários do mundo.

Se por um lado a inflação desgastava a população, por outro tínhamos a marginalização dos investimentos na área social, uma vez que o Tesouro se preocupava apenas com a área da Educação, ficando as demais áreas com baixos percentuais, como é o caso do setor da Saúde que não chegava a 3% do PIB. Além desse pequeno repasse, poderia se associar o grande desperdício devido a perda de identidade nas instituições públicas, através da incompetência gerencial, ocasionada pela corrupção. O Tesouro não foi organizado para cobrir a área social, por isso as ações mais efetivas no setor saúde acabavam sendo um subproduto da política econômica¹¹.

Santos afirma que o setor saúde é segmentado em subsistemas classificando em grupos a população, desde a década de 60 com a decisão de entregar a assistência médico-hospitalar ao setor privado, aceitando a entrada de multinacionais com seus equipamentos e dificultando o controle de tudo. E no consumo do serviço de saúde seus usuários, em sua maioria, são populações de baixa renda salarial, trabalhadores rurais, pequenos proprietários urbanos, entre outros, seriam quem mais precisava desse serviço, e não havia dúvida, que seriam as pessoas com menor qualificação, pois a população de médio e alto padrão contavam com o serviço privado de multinacionais. Assim, o Estado mostrava que não reconhecia os direitos básicos humanos, sem a preocupação de planejar um bom atendimento que refletisse as necessidades da população usuária e sim, um Estado que se preocupava em atender os interesses do setor hospitalar privado¹¹.

Na década de 80, o governo criou AIS (Ações Integradas de Saúde), SUDS (Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde) para tentar “diminuir o caráter classista”. Também havia um movimento político voltado para as antigas formas de governar, resgatando ações e movimentos do início da democracia no país, tanto na área econômica-financeira, como nos tributos estaduais e municipais, como exemplo, a descentralização de recursos financeiros no âmbito federal, que praticamente minavam os programas sociais. Desde a formação do Estado no Brasil, com a vinda de D. João VI, o país carrega arraigado a necessidade da centralização do poder de Estado na esfera federal, mitigando a independência de Estados e Municípios, seja na área econômico-financeira, seja no sistema tributário, impedindo e distorcendo a participação na formulação e desenvolvimento de programas sociais. As políticas econômicas tomadas para o desenvolvimento, desde as produtivas como mineração e café até a industrialização em nosso terceiro mundo, sempre foram com interesses voltados para as classes sociais dominantes, e sem olhar para as massas assalariadas¹¹.

Santos segue relatando que havia uma necessidade de retomada do desenvolvimento, porém o poder federal precisaria investir em setores básicos da produção, como aplicar políticas públicas de interesse social. Para o autor, seria necessário deixar de lado “estratégias atrasadas corporativistas, excludentes e predatórias”¹¹ para dar lugar a um Estado com uma “nova sociedade, moderna e

consensual”, promovendo mais equilíbrio e fidelidade aos segmentos da sociedade. Considera que os mais vulneráveis eram penalizados pela especulação financeira e planos econômicos, como o Plano Cruzado, que nada mais foi que permanecer com grandes taxas de juros, especulações e inflação.

Aquela época parecia propícia a novos ideais, com o primeiro presidente no Brasil eleito tendo apoio da maioria da sociedade, com a situação internacional tendo os países capitalistas centrais sem credibilidade no terceiro mundo, indicando que poderia ser o começo do fim do capitalismo predador e com movimentos sociais democráticos nos países socialistas, buscando identificar os limites do Estado e garantir a igualdade e o usufruto dos direitos humanos. O Brasil poderia projetar o que na época a Nicarágua estava tentando com muita dificuldade e sofrimento, que era romper com o neocolonialismo, pois assim o Brasil assumiria seu controle e a condição de maior potência industrial do terceiro mundo, uma vez que a força política não lhe faltava¹¹.

Santos comenta no início do seu artigo, que assumia a ousadia e o risco ao sugerir o reordenamento do setor saúde e da relação sociedade/estado, aludindo saídas para a convivência na sociedade e um novo papel do Estado. Discorre também sobre como o neoliberalismo estava sendo proclamado no Brasil, acreditando ser um “blefe” que no fundo não passava de discurso liberal antiestatal. Conclui, por fim, que o Estado nos países centrais não enfraqueceu as indústrias em países de 3º mundo; que o Brasil entraria na concorrência internacional e que o neoliberalismo nunca existiu e nem existe, uma vez que as leis de mercado resolviam a questão da produção¹¹.

O setor da saúde merecia uma urgência aos olhares dos estudiosos, uma vez que havia uma corrida para implantação de serviços diagnósticos e terapêuticos de alto custo em hospitais filantrópicos, beneficentes e universitários. O Brasil merecia serviços de alto nível, mas por serem financiados com recursos públicos, deveriam ser ofertados aos que não poderiam pagar, e não àqueles que conseguiam pagar; muito menos, enriquecer empreendimentos privados com recursos públicos, e com isso expor os demais serviços de complexidade primária e secundária, responsáveis por mais de 95% do atendimento da população, a sofrerem a maior retração no seu

financiamento, principalmente em 1989, gerando queda na qualidade e volume de atendimento, trazendo consequências à população mais inferior¹¹.

Articulação do pensamento econômico de Santos com a TMD trabalhada por Katz

Santos resgata em sua obra uma discussão sobre o papel do Estado na sociedade, mas principalmente na economia. Ao resgatar a categoria “neoliberalismo”, o autor questiona a noção de “Estado mínimo” a ela agregada, na qual vislumbra-se a suspensão dos controles, a queda dos impostos e gastos públicos, num movimento de desregulação da sociedade pelo Estado, e liberação das leis de mercado acima das leis sociais e morais, e mecanismos de liberdades democráticas. Santos acrescenta que essa mesma “orquestração” ressurge a nível internacional na década de 1980, ainda que com outro nome, neoliberalismo, e chega na América Latina neste período.

O pensamento econômico de Santos converge, em alguma medida, com a teoria da dependência trabalhada por Katz, quando o primeiro autor analisa a privatização do Estado, e descreve o processo de transferência de capital produtivo ao especulativo. Os “déficits oriundos dos juros, spreads, comissões e outras taxas da dívida externa [...] e da fuga de capitais” discutidos inicialmente no texto do Dilema Estatista II podem ser entendidos como sendo o movimento e a constituição da economia capitalista mundial que subordina os países periféricos ao mercado mundial. Neste cenário, é possível observar uma desigualdade entre as relações de produção, uma vez que o desenvolvimento e êxito econômico de determinados países centrais dependem do subdesenvolvimento de outros.

Os países no centro do capitalismo passam a controlar o mercado e as relações de produção, se apropriando do valor excedente gerado nos países dependentes; mecanismo conhecido como transferência de valor. Tal transferência acontece tanto na forma de lucros quanto na forma de juros e ocasiona a perda de controle dos países dependentes sobre seus recursos. “E a geração desse excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho”^{12(pp113-114)}.

Considerações finais

No ensaio em questão, Santos aborda de forma incisiva o tema das privatizações e desestatizações, especialmente no âmbito federal, onde o setor privado passou a gerenciar e conduzir os serviços antes sob responsabilidade do Estado. O autor enfatiza a negociação de investimentos em programas sociais, como Saúde, Previdência, Educação, Transporte Coletivo, entre outros, e descreve os problemas decorrentes dessa mudança de gestão.

Nesse cenário complexo, o burocratismo no serviço público dificulta o atendimento à população, favorecendo grandes prestadores de serviços privados em detrimento dos interesses da sociedade. A corrupção e o desrespeito às leis de compras do país geram dúvidas sobre qual modelo de gestão seria o mais adequado: exclusivamente público, público/privado ou privado/público.

Santos traz à tona a questão das estatais, relatando que muitas foram vendidas a preços inferiores ao valor de seus estoques, caracterizando o que ele chamou de "privatização-doação". Além disso, critica a aposentadoria privilegiada de parlamentares e autoridades, que compromete os recursos do Tesouro Nacional.

O autor destaca a necessidade de uma gestão mais eficiente e moralizadora para a área da Saúde, ressaltando que o sistema era segmentado e prejudicava os mais necessitados, enquanto beneficiava o setor privado. Ele defende uma maior participação dos Estados e Municípios nas políticas públicas e um novo papel do Estado, menos corporativista e mais voltado para o interesse social.

Ao criticar o neoliberalismo e suas políticas antiestatais, Santos argumenta que o setor público deveria garantir a distribuição de renda e atender aos interesses da população, sem enriquecer empreendimentos privados com recursos públicos.

Em suma, o artigo de "Nelsão" traz à tona importantes reflexões sobre as privatizações, a relação sociedade-estado e a necessidade de um sistema de saúde mais justo e eficiente. O autor apontou para a urgência de mudanças na gestão pública e na distribuição de recursos, buscando o equilíbrio entre interesses privados e o bem-estar da população em geral. As análises e hipóteses levantadas no artigo podem servir de base para uma reflexão mais ampla sobre a eficácia das políticas

públicas no Brasil e os desafios enfrentados pelo país na busca por um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Claudio Katz explora as mudanças na visão de Karl Marx sobre os países periféricos ao longo do tempo, dividindo o capítulo em tópicos que analisam diferentes perspectivas do pensamento de Marx em relação à dependência e à subordinação dos países periféricos. O autor destaca que Marx inicialmente via essas nações como vinculadas passivamente ao capitalismo mundial, mas posteriormente reconheceu suas resistências ao colonialismo.

A obra de Claudio Katz oferece uma análise profunda e abrangente sobre o tema da dependência, fornecendo uma reflexão crítica sobre as relações econômicas globais e o papel dos países periféricos na economia mundial. Ao reconsiderar a Teoria da Dependência e explorar as diferentes perspectivas de Marx, o autor contribui para uma compreensão mais ampla dos desafios e oportunidades enfrentados pelas nações dependentes na América Latina e em outras regiões periféricas do mundo. Essa obra é relevante para o estudo das relações internacionais, economia e desenvolvimento socioeconômico, oferecendo uma visão crítica e atualizada de um tema fundamental para a compreensão da realidade global.

Referências

1. VITORINO AR. *A Política Social Brasileira à Luz Da Teoria Marxista Da Dependência*. Universidade Federal do Espírito Santo; 2016.
2. Hage JAA. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*. 2013;22(1):106-136.
3. Assis WFT. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*. 2014;27(72):613-627. doi:10.1590/S0103-49792014000300011
4. Katz C. Página Oficial de Claudio Katz. Published 2023. Accessed June 26, 2023. <https://katz.lahaine.org/>
5. Katz C. Claudio Katz. *Trabalho, Educação e Saúde*. 2010;8(2):337-347. doi:10.1590/S1981-77462010000200010
6. SANTOS T dos. *Teoria Da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1st ed. Insular Livros; 2020.
7. Marini RM. Dialética da dependência. In: Traspadini R, Stédile JP, eds. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 2nd ed. Expressão Popular; 2011:131-172.
8. Katz C. *Teoria Da Dependência 50 Anos Depois*. 1st ed. Expressão Popular; 2020.

9. Ávila J. Alumni UEL recebe sanitaria Nelson Rodrigues dos Santos para lançamento de livro. JORNAL UNIÃO. Published June 15, 2023. Accessed July 23, 2023. <https://jornaluniao.com.br/noticias/cultura/alumni-uel-recebe-sanitaria-nelson-rodrigues-dos-santos-para-lancamento-de-livro/>
10. SANTOS NR dos. O dilema estatista. *Saúde em Debate São Paulo, CEBES*. 1989;(27):18-22.
11. SANTOS NR dos. O dilema estatista II. *Saúde em debate*. 1991;28:5-15.
12. Amaral MS, Carcanholo MD. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Ferreira C, Osorio J, Luce M, eds. *Padrão de Reprodução Do Capital: Contribuições Da Teoria Marxista Da Dependência*. Boitempo; 2012:113-130.